

DÉCADA DE 70 E 80

- -
- O Brasil chegou a ser o 2º produtor mundial de Embarcações
- Empregava 40 mil trabalhadores diretos e cerca de 160 mil indiretos

DÉCADA DE 90

- Na segunda metade da década de 90, o segmento estava praticamente extinto
- Redução do número de trabalhadores para 11 mil (2002)
- Apenas 3% dos navios brasileiros são de fabricação nacional
- Não havia política de financiamento para o setor e nem política de modernização para o setor



RETOMADA DO SEGMENTO



- No ano 2000, por pressão dos trabalhadores e empresas, o governo iniciou a discussão de medidas, que não foram suficientes para retomada do segmento no Brasil
- A partir de 2003, com a decisão de produzir as plataformas da PETROBRAS em território nacional, o segmento inicia uma trajetória ascendente
- A partir de 2004, os trabalhadores passaram a participar do CDFMM (Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante).
 Este conselho tem a finalidade de subsidar a formulação e implementação da política nacional de marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira.



RETOMADA DO SEGMENTO



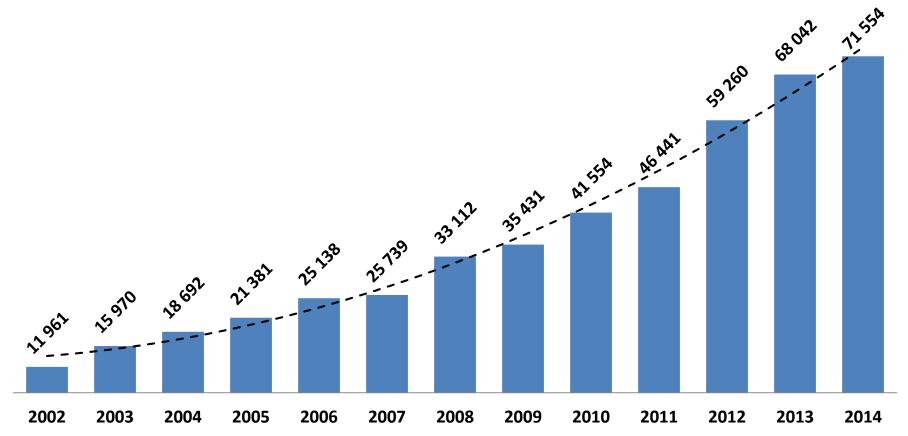
- A exigência de conteúdo mínimo nacional na construção naval permeou as medidas governamentais, entre elas: Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), Plano de Renovação da Frota de Embarcações de Apoio Marítimo (Prorefam) e Empresas Brasileiras de Navegação (EBN).
- A PETROBRAS tornou-se a maior cliente do segmento, com a encomenda de plataformas e embarcações para atender a área de petróleo e gás.
- Já para a defesa nacional, foi criado o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), que prevê a construção de vários tipos de embarcação, com a condição de parceria entre os detentores de tecnologia (estaleiros e projetistas internacionais) e o estaleiro construtor brasileiro. A área de transporte marítimo e cabotagem também mostra aumento da demanda.



RETOMADA DO SEGMENTO



Presente em 96 cidades de 23 Estados, a indústria de construção naval foi a que teve o maior índice de crescimento de emprego no ramo metalúrgico. Isso representa taxa média anual de crescimento de 16,4%. No ramo, a média anual foi de 4,8%.



Fonte: RAIS/MTE Elaboração: Dieese





- A OPERAÇÃO LAVA JATO gerou graves distúrbios nos negócios dos setores de petróleo e construção e fragilizou ainda mais a PETROBRAS e as empresas da cadeia produtiva do petróleo e gás, num momento de sérias dificuldades para essa indústria no mundo. Além disso, a fragilização das empresas de construção pesada, em decorrência da Lava Jato, e o ajuste fiscal reduziram o volume e ritmo de investimentos públicos em infraestrutura;
- O CASO DA EMPRESA SETE BRASIL é emblemático do transbordamento da crise para o segmento naval. Iniciou com o plano de produzir e gerenciar as sondas (29) de perfuração contratadas pela Petrobras e depois de deflagrado a Operação Lava Jato não pagou esses contratos desde novembro de 2014, hoje se encontra sem liquidez nenhuma.
- A PETROBRAS VEM IMPLEMENTANDO UM FORTE PLANO DE DESINVESTIMENTOS
 com acentuado cortes em áreas centrais, bem como a tentativa de vender uma série de
 seus ativos. Em junho de 2015 apresentou a primeira redução e de lá pra cá vem nessa
 mesma linha de ajustes. REDUÇÃO DE MAIS 25% DOS INVESTIMENTOS
- AS ENCOMENDAS FEITAS PELA TRANSPETRO através do PROMEF têm sido reduzidas ou canceladas com a justificativa que os estaleiros não estariam cumprindo com os prazos estipulados nos contratos firmados;





- OS RECURSOS LIBERADOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE que já vinham quedas desde 2013. apresentando comparado aos anos anteriores. Os dados de 2015 não estão disponíveis, mas ao que tudo indica sua própria fonte de financiamento o Adicional ao Frete para Marinha Mercante Renovação da (AFRMM) está em queda, já que o nível de importações tem se reduzido por conta da crise econômica instalada;
- A carteira de encomendas nos estaleiros no final de 2015 era de 236 embarcações, para o mesmo período de 2014 esse valor era de 324. A POLÍTICA DA PETROBRAS TEM SIDO A TRANSFERÊNCIA DE PRODUÇÃO PARA A CHINA

Carteira de encomendas de plataformas de produção de petróleo

ESTALEIRO	TIPO	PEATAFORMAS P69 e P70: construção no Brasil P68 e P71: construção transferida para a China com integração de módulos no Jurong Aracruz P72 e P73: em avaliação para cancelamento pela Petrobras		
Estaleiro Rio Grande (Rio Grande, RS)	Casco FPSO* (Replicantes)			
Inhaúma (Rio de Janeiro, RJ)	Conversão casco FPSO (cessão onerosa)	 P74 e P76: construção no Brasil P75 e P77: construção transferida para a China O estaleiro encerrou suas atividades em julho de 2016 		
BrasFELS (Angra dos Reis, RJ)	Integração de módulos	 FPSO Cidade de Caraguatatuba: entregue em junho (Modec) FPSO P66: integração de módulos P69: obras de integração de módulos previstas FPSO Cidade de Macaé: Modec - previsto para 2017 		
EBR (São José do Norte, RJ)	Integração de módulos	■FPSOP74		
Techint-Technip (Pontal do Paraná, PR)	Integração de módulos	■ P76: integração de módulos no Paraná		
QGI (Rio Grande, RS)	Construção de módulos	■P75 e P77		
Jurong Aracruz (Aracruz, ES)	Integração de módulos	■P68 e P71		

^{*}Unidade flutuante de produção, armazenamento e tranferências, na sigla em inglês Fonte: Sinaval





- Dentre os acordos já consolidados na venda dos ativos da estatal brasileira, destacam-se:
 - A venda de 90% da unidade de gasodutos Nova Transportadora Sudeste (NTS), para o consórcio liderado pela Brooksfield por US\$5,19 bilhões e
 - A venda da participação em campo Pré-Sal para a Statoil Brasil
 Óleo e Gás por US\$2,5 bilhões.
- No dia sete de julho foi aprovado pela "Comissão Especial da Petrobras e Exploração do Pré-Sal" o Projeto de Lei (PL) 4567 de 2016, que retira a obrigatoriedade da atuação da Petrobrás como operadora única dos blocos contratados em regime de partilha de produção da área do Pré-Sal. O projeto precisa ainda ser votado na Câmara dos Deputados, a lei atual 12.351 de 2010 exige que a Petrobrás opere com 30% de qualquer bloco contratado sob o regime de partilha e que parte dos recursos seja destinada para saúde e educação.

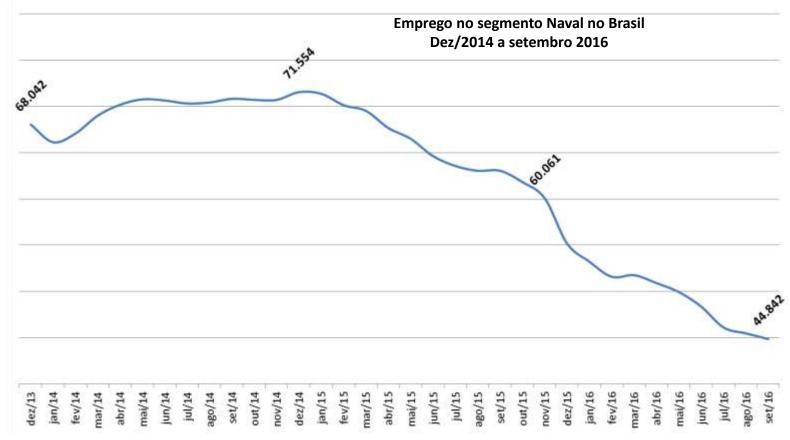




- Em janeiro de 2016 o governo lançou o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (PEDEFOR) com o objetivo de debater o conceito de conteúdo local;
- Após o afastamento da presidente Dilma, o novo governo vem apontando a retirada dessas exigências para vigorar nos próximos leilões de áreas petrolíferas, se reunindo continuamente com os presidentes globais da Shell e da Staitoil, com o apoio de flexibilizar as regras de conteúdo local do próprio presidente da Petrobras, Pedro Parente



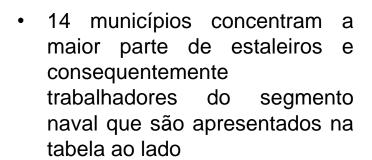
- Em dezembro de 2014 haviam 77,5 mil trabalhadores e trabalhadoras do segmento naval;
- Em setembro de 2016 o número de trabalhadores no segmento naval estava em 44,8 mil. Uma queda de 37,3% da base comparado ao último ano de pico de contratação, sendo fechados 26,7 mil postos de trabalho





Emprego nos principais municípios do Brasil dez/2014 a setembro 2016

UF/Município	Estoque em dez/14	Estoque em	Estoque em setembro/2016	Postos fechados de 2014 a 2016
AM	2.667	2.074	2.061	-606
Manaus	2.667	2.074	2.061	-606
BA	1.312	258	176	-1.136
Maragogipe	1.312	258	176	-1.136
CE	546	633	678	132
Fortaleza	546	633	678	132
ES	1.181	1.929	1.476	295
Aracruz	1.181	1.929	1.476	295
PE	6.607	4.894	4.813	-1.794
Ipojuca	6.607	4.894	4.813	-1.794
RJ	33.569	19.732	12.736	-20.833
Angra dos Reis	9.126	7.908	5.312	-3.814
Itaguai	1.188	1.316	1.500	312
Niteroi	10.693	6.018	4.118	-6.575
Rio de Janeiro	12.562	4.490	1.806	-10.756
RS	8.300	8.891	8.051	-249
Rio Grande	7.483	6.008	5.555	-1.928
Sao Jose do Norte	817	2.883	2.496	1.679
SC	5.934	5.290	4.613	-1.321
Navegantes	3.333	2.299	1.762	-1.571
Itajaí	2.601	2.991	2.851	250
SP	161	185	185	24
Santos	161	185	185	24
Total municípios selecionados	60.277	43.886	34.789	-25.488
Demais municípios	11.277	11.283	10.053	-1.224
TOTAL GERAL	71.554	55.169	44.842	-26.712



- Janeiro é o que mais tem fechado postos de trabalho, saindo de um estoque de mais de 12 mil trabalhadores para 1,8 mil de 2014 a 2016
- Ipojuca, onde concentra dois grandes estaleiros construídos nesse último período também apresentam queda forte do emprego





- As perdas nos postos de trabalho estão ligadas principalmente às transferências de operações para a China, como é o caso da conversão casco FPSO das plataformas P75 e P76 que deveriam ser implementadas pelo estaleiro de Inhaúma.
- No município de Itajaí, mais de 1.100 trabalhadores foram colocados em aviso prévio pelo consórcio MGT, responsável pela construção de módulos para plataformas de petróleo. A decisão teria sido motivada por um impasse com a Petrobrás, que pediu alterações nos projetos. Segundo SINAVAL, não há previsão de novas encomendas para a construção de novos navios de apoio para 2017, o que levaria um hiato de produção nos estaleiros.
- O estado gaúcho possui três grandes estaleiros, dois localizados no município de Rio Grande, o Estaleiro Rio Grande (Ecovix) e o complexo QGI, e o EBR, localizado em São José do Norte. Atualmente empresa Ecovix, está construindo quatro cascos replicantes para projetos da Petrobrás. Esta empresa está operando com caixa numa conta vinculada da Petrobras, e negociando um empréstimo de R\$600 milhões com a estatal para a conclusão da construção do lote de cascos.



- No estaleiro QGI estão sendo trabalhados módulos das plataformas P-75 e P-77, e no EBR da P-74. Apesar das empresas terem serviços contratados para dois anos, parte das obras dos cascos e módulos foram subcontratados por estaleiros asiáticos, é o caso das plataformas P68 e P71, cuja construção foi transferida para a China.
- O Estado de Pernambuco foi impactado pelo cancelamento das encomendas de 17 navios contratados pela Transpetro através do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), sete navios de posicionamento dinâmico foram cancelados com o Estaleiro Atlântico Sul, e dois navios gaseiros foram cancelados com o VARD Promar. Por outro lado, foram mantidos os contratos com a Transpetro nas construções de oito navios no Estaleiro Atlântico Sul e três gaseiros pela Vard Promar, projetos assegurados até 2018



